

OS AFETOS COMO OBJETO DE PESQUISA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO POSITIVO E TEÓRICO CRÍTICO

AFFECTS AS AN OBJECT OF RESEARCH IN SOCIAL SCIENCES: A COMPARISON BETWEEN POSITIVE AND CRITICAL THEORETICAL METHODS

LOS AFECTOS COMO OBJETO DE INVESTIGACIÓN EN LAS CIENCIAS SOCIALES: UNA COMPARACIÓN ENTRE EL MÉTODO POSITIVO Y TEÓRICO CRÍTICO

Gabriel Basso Ferreira¹

RESUMO: Este artigo investiga a relevância dos afetos como objeto de pesquisa nas ciências sociais, contrastando as abordagens do método positivista e da Teoria Crítica. Mediante revisão bibliográfica de autores como Comte, Durkheim, Adorno e Horkheimer, demonstra-se que o positivismo relegou os afetos a um papel instrumental, subordinado à racionalidade científica, enquanto a Teoria Crítica os integrou como dimensão central para a crítica social e a emancipação. A análise revela que os afetos não apenas moldam a coesão social, mas também são fundamentais para compreender transformações históricas e estruturas de poder. Conclui-se que a inclusão dos afetos no escopo das ciências sociais exige metodologias que articulem rigor analítico e sensibilidade à subjetividade, superando as limitações do reducionismo positivista.

Palavras-chave: Afetos. Positivismo. Teoria Crítica.

ABSTRACT: This article examines the relevance of affects as an object of research in social sciences, contrasting positivist and Critical Theory approaches. Through a bibliographic review of authors such as Comte, Durkheim, Adorno, and Horkheimer, it demonstrates that positivism reduced affects to an instrumental role, subordinated to scientific rationality, while Critical Theory integrated them as a central dimension for social critique and emancipation. The analysis reveals that affects not only shape social cohesion but are also key to understanding historical transformations and power structures. The study concludes that incorporating affects into social sciences requires methodologies that combine analytical rigor with sensitivity to subjectivity, overcoming the limitations of positivist reductionism. 2430

Keywords: Affects. Positivism. Critical Theory.

RESUMEN: Este artículo investiga la relevancia de los afectos como objeto de investigación en las ciencias sociales, contrastando los enfoques del método positivista y la Teoría Crítica. Mediante una revisión bibliográfica de autores como Comte, Durkheim, Adorno y Horkheimer, se demuestra que el positivismo relegó los afectos a un papel instrumental, subordinado a la racionalidad científica, mientras que la Teoría Crítica los integró como dimensión central para la crítica social y la emancipación. El análisis revela que los afectos no solo moldean la cohesión social, sino que también son fundamentales para comprender las transformaciones históricas y las estructuras de poder. Se concluye que su inclusión en las ciencias sociales exige metodologías que articulen rigor analítico y sensibilidad a la subjetividad, superando las limitaciones del reduccionismo positivista.

Palabras clave: Afectos. Positivismo. Teoría Crítica.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

INTRODUÇÃO

Em seu célebre poema sobre o amor, Camões busca oferecer uma definição para tal afeto. Em suas palavras, o amor “é um não querer mais que bem querer; / é um andar solitário entre a gente; / é nunca contentar-se de contente; / é um cuidar que ganha em se perder [...]” (CAMÕES, [s.d.]). Ao descrever o amor por meio de imagens paradoxais e encadeamentos aparentemente ilógicos, o poeta quebra expectativas racionais e oferece, de forma poética, a complexidade dos afetos: experiências subjetivas que, embora vividas individualmente, podem ser comunicadas e compreendidas por meio de signos socialmente partilhados.

Para além de sua função estética, esses versos suscitam uma questão sociológica central: a capacidade inherentemente humana de tornar inteligível, para os outros, sua própria subjetividade. Partindo desse pressuposto — de que todo ser humano é capaz de atribuir significado às próprias experiências e compartilhá-las socialmente — surgem questões relevantes para as ciências sociais: todos possuem os mesmos recursos simbólicos para expressar suas experiências? Uma mesma vivência é simbolizada de forma idêntica, independentemente das condições subjetivas e sociais do indivíduo? E, mais especificamente, cabe ao escopo das ciências sociais investigar a maneira como os sujeitos são afetados e compartilham seus afetos?

2431

Responder a todas essas perguntas extrapola o propósito deste artigo. Nossa foco é refletir sobre duas questões centrais: qual a pertinência de incluir os afetos como objeto legítimo de investigação nas ciências sociais e quais as potencialidades analíticas desse enfoque. Não se pretende aqui classificar afetos como desejáveis ou indesejáveis, mas compreender um elemento anterior: a própria capacidade humana de ser afetado e de compartilhar e justificar estados afetivos na interação social. Em síntese, busca-se entender como determinadas formas de vida moldam regimes de sensibilidade e influenciam as maneiras pelas quais os afetos são compartilhados e legitimados socialmente.

Para tanto, faz-se necessário enfrentar um problema prévio e de ordem metodológica: as ciências sociais, em especial a sociologia, nasceram procurando afastar-se da subjetividade, modelando-se segundo os métodos das ciências naturais. É nesse contexto que este artigo realiza uma revisão bibliográfica a fim de examinar as potencialidades de assumir os afetos como objeto legítimo de pesquisa nas ciências sociais. A discussão está organizada em duas partes: a primeira aborda o predomínio da objetividade no desenvolvimento inicial da sociologia, evidenciando como o alinhamento às ciências naturais obscureceu a dimensão sensível da vida social; a

segunda analisa como a Teoria Crítica oferece uma alternativa metodológica capaz de reintegrar a subjetividade e, em particular, a dimensão afetiva, ao campo de análise social.

ENTRE A LEGITIMIDADE CIENTÍFICA E A ESPECIFICIDADE DO OBJETO

O surgimento da sociologia como ciência não resultou apenas da elaboração de um pensamento individual. Reconstruir seu processo de emergência exige compreender como o cenário intelectual europeu do século XIX se mostrava receptivo aos questionamentos inaugurados por essa nova área do conhecimento. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental da filosofia para as ciências sociais, tanto na dimensão epistemológica quanto na abertura de canais de diálogo com a sociedade novecentista.

Não por acaso, Auguste Comte intitulou de *Curso de Filosofia Positiva* o conjunto de ideias que, posteriormente, seriam conhecidas como sociologia. A nova ciência surgiu em um terreno previamente preparado pelo Iluminismo, contexto no qual a metafísica e as explicações teológicas sobre a sociedade perdiam espaço. Já no século XVIII, Jean-Jacques Rousseau, em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, buscava compreender questões centrais à sociologia, como a desigualdade social e suas origens. Nesse sentido, a filosofia — ainda que com objetivos e metodologias distintas da nascente sociologia — contribuiu para o debate intelectual da época ao promover uma desvinculação metafísica dos fenômenos sociais e ao atribuir-lhes origens antropológicas, fundamentadas na própria ação humana, como no caso da criação da propriedade privada.

2432

Embora a influência da filosofia iluminista sobre o pensamento europeu dos séculos XVIII e XIX, com sua defesa da ciência, seja incontestável, é igualmente necessário reconhecer a forte presença das ciências naturais como modelo metodológico dominante naquele período. Não se tratava apenas de afirmar a importância da ciência, mas de adotar um tipo específico de racionalidade científica, inspirado sobretudo nas ciências físico-naturais. Nesse contexto, antes de estabelecer o termo definitivo “sociologia”, Comte se referia a essa nova disciplina como “física social”, evidenciando sua intenção de aplicar aos fenômenos sociais os mesmos princípios de investigação empírica e de busca por leis gerais que caracterizavam as ciências naturais. Mais do que uma simples escolha terminológica, tratava-se de um esforço consciente para conferir às ciências sociais maior legitimidade e científicidade, aproximando seus métodos daqueles já consolidados nas ciências da natureza.

Partindo dessa relação direta que Comte estabelece entre o método das ciências sociais e o das ciências naturais, podemos nos questionar: no âmbito das ciências sociais, existem, de fato, leis gerais? As relações entre sujeito e objeto são as mesmas que se estabelecem nas ciências naturais? Os impactos das ciências sociais sobre seus objetos de pesquisa seriam comparáveis aos efeitos das ciências naturais? Responder a essas perguntas exige compreender a teoria apresentada por Comte e sua influência na institucionalização da sociologia.

Segundo Raymond Aron (1999), o pensamento comtiano pode ser compreendido a partir de três períodos: (1) de 1820 a 1826, quando o autor descreve e interpreta o momento histórico vivido pela sociedade europeia; (2) de 1830 a 1842, quando aprofunda e executa o programa estabelecido em linhas gerais durante sua juventude, com destaque para as “leis dos três estados” e a “classificação das ciências”; (3) de 1851 a 1854, no qual busca demonstrar como a sociedade é determinada pelo *devenir* histórico da humanidade, composta por uma única história e uma ordem essencial.

A tripartição proposta por Aron evidencia como as preocupações da primeira fase do pensamento comtiano são basilares. Em *Opúsculo de filosofia social*, obra dessa primeira fase, Comte demonstra como a antiga ordem feudal, composta pelos poderes eclesiástico e militar, perde espaço para uma sociedade científica e industrial. Nesse sentido, sua preocupação teórica está em compreender a importância da ciência e, consequentemente, dos cientistas nessa transição. O autor conclui que, se na sociedade pré-industrial o “cimento” capaz de garantir a coesão social era a fé nas instituições religiosas e na proteção oferecida pelos exércitos dos reis, com o advento do Iluminismo e do progresso técnico essas concepções se enfraqueceram. A explicação metafísica fornecida pela Igreja perdeu força frente à ciência moderna, assim como o poder militar dos reis cedeu diante da ordem industrial.

2433

O espaço de poder aberto por essas transformações precisaria, segundo Comte, ser ocupado para garantir a coesão social. É aqui que a função do sociólogo se torna relevante: a ciência e a técnica deveriam estar sob a competência dos sociólogos, capazes de analisar a totalidade social, estabelecer leis gerais e promover, com as menores perdas possíveis, o *devenir* histórico.

Com esse objetivo, é na segunda etapa de seu pensamento — especificamente no *Curso de filosofia positiva* — que Comte apresenta de maneira sintética as “leis dos três estados” e a “classificação das ciências”. A primeira consiste em uma tripartição da filosofia da história: os estados teológico, metafísico e positivo. A segunda estabelece uma hierarquia entre as ciências

— matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia — na qual a última trata de um “sistema verdadeiramente indivisível”: a humanidade (COMTE, 1978, p. 90). Nessa perspectiva, a diversidade entre modelos de sociedade se explicaria pelo entendimento de que todas passariam inevitavelmente pelos três estados descritos, uma vez que compõem uma totalidade indissolúvel.

Para Comte, a história segue um caminho contínuo, progressivo e fechado. Ao elaborar sua hipótese sobre os três estados, afirma: “estudando, assim, o desenvolvimento total da inteligência humana e suas diversas esferas de atividade, desde seu primeiro vôo mais simples até nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental [...]” (COMTE, 1978, p. 3). Portanto, ao sociólogo caberia conduzir o espírito humano em direção ao estado positivo ou científico, o mais elevado dentre as formas de racionalidade.

De forma distinta do projeto iluminista de Montesquieu, Comte não pautou uma reorganização das instituições, mas, em *Système de politique positive* — terceira etapa de seu pensamento —, propôs uma reorganização do entendimento humano, tendo como ápice o pensamento científico único e universal. Para alcançar tal objetivo, sugeriu a criação da “Religião da Humanidade”, culto à científicidade, considerada a mais grandiosa criação humana. É nesse momento que os afetos são tematizados por Comte. Embora, a princípio, pareça inconsistente com sua argumentação anterior, logo se percebe sua utilidade: para Comte, os afetos compõem a natureza humana imutável, não possuem historicidade e não são mobilizados para a compreensão da ação humana. São força motriz, mas devem necessariamente submeter-se à inteligência. Egoístas por natureza, somente sob a égide da racionalidade os seres humanos poderiam desenvolver o espírito positivo.

2434

O aporte de Comte sobre os afetos está ligado à sua concepção de “Religião da Humanidade”. A ciência, por si só, não conferiria fundamentação suficientemente sólida para garantir a coesão social. Assim, Comte propôs transformá-la em uma religião, capaz de fornecer aos homens um novo conjunto de valores sociais. É nesse ponto que os afetos encontram destaque (IAGULLI, 2023, p. 35): pelo amor à humanidade e ao que de mais precioso ela produziu, os homens encontrariam um fundamento moral capaz de fazer florescer o *devenir* histórico. Assim, para Comte, os afetos são instrumentalizáveis: não compõem um método comprehensivo, como na hermenêutica, mas têm função específica na reorganização da natureza egoísta do homem.

Em síntese, quanto ao pensamento comtiano, é possível destacar: (1) o positivismo não se concentra na causalidade dos fenômenos sociais; (2) a validade da sociologia enquanto ciência reside na previsibilidade de leis gerais; (3) a teoria válida é útil e objetiva, baseada, como as demais ciências, em dados empíricos; (4) categorias caras à interpretação sociológica contemporânea, como diversidade e subjetividade, têm menor importância no método positivo. É nesse contexto epistemológico que se deu a institucionalização da sociologia, entre o dilema de garantir-lhe legitimidade científica e respeitar a especificidade de seu objeto — a sociedade.

Longe de ser uma experiência singular, o positivismo constituiu uma base teórica importante para os autores que o sucederam. Émile Durkheim (1858–1917), amplamente reconhecido como um dos maiores sociólogos clássicos, encontrou na filosofia positiva contribuições relevantes para o desenvolvimento de sua sociologia empírica. Assim como seu antecessor, Durkheim preocupou-se com duas questões fundamentais: a delimitação da sociologia perante as demais ciências e a legitimidade do método sociológico. Em uma de suas obras mais reconhecidas, *As regras do método sociológico* (1999 [1895]), o legado positivista se evidencia na dimensão objetiva atribuída aos “fatos sociais”. Basilar em sua teoria, os fatos sociais possuem duas características fundamentais: são exteriores ao sujeito e coercitivos, o que lhes confere status de “coisa” e garante a objetividade do método.

2435

Buscando conferir aplicabilidade a seu método, Durkheim escreve *O suicídio* (2000 [1897]). Nessa obra, demonstra como os diferentes graus de integração social (solidariedade) e regulamentação (coerção) estão diretamente relacionados às taxas de suicídio (dado empírico). Contudo, como demonstra Rejane Carvalho (1978), o autor encontra dificuldades ao aplicar o método delineado em 1895 à análise do suicídio, pois apenas os dados empíricos não lhe forneceriam a causa essencial do fenômeno, como esclarece a autora:

Como ele [Durkheim] próprio afirma, a classificação dos fatos deve ser feita por critérios essenciais. Ora, o objeto tem inúmeras características captáveis, mas nada nos informa sobre qual ou quais podem ser consideradas essenciais. Na verdade, o critério essencial se prende de forma nítida aos objetivos do sujeito; assim é que varia em função da perspectiva de análise assumida. Ao limitar o ‘conceito inicial’ de suicídio apenas às mortes voluntárias, em que ‘existe consciência dos resultados do ato realizado’, o autor traça as fronteiras que compatibilizam o ‘objeto de observação’ com a sua perspectiva de análise sociológica, já que o elemento ser intencional é pleno de significado social. (CARVALHO, 1978, p. 76).

Assim, Durkheim não pôde prescindir da reflexão teórica para estabelecer as causas essenciais do suicídio. Somente após delinear e conceituar sua teoria — partindo de conceitos como “solidariedade”, “fatos sociais”, “anomia” e “coerção” e estabelecendo, de forma subjetiva, critérios de causalidade — é que parte para o agrupamento e a formulação de tipos ideais:

“suicídio anônimo”, “suicídio altruísta”, “suicídio fatalista” e “suicídio egoísta”. Além disso, como ressalta Carvalho, ao enfatizar o caráter social do suicídio e tratá-lo como fato social, Durkheim desconsidera a dimensão psíquica e, consequentemente, casos de suicídio cuja causa seja psicológica e não social.

Como mencionado, o conceito de “solidariedade” é fundamental no desenvolvimento da teoria de Durkheim. Para ele, a solidariedade é central na explicação da coesão social, funcionando como o “cimento moral” que mantém os indivíduos unidos. Em *A divisão do trabalho social* (1893), distingue dois tipos de solidariedade: a mecânica (própria das sociedades tradicionais, baseada na semelhança e em valores compartilhados) e a orgânica (típica das sociedades modernas, fundada na interdependência funcional). A solidariedade não é apenas uma abstração, mas um fato social manifestado em instituições como o direito repressivo (mecânico) e restitutivo (orgânico) (DURKHEIM, 1999, p. 70). Em *As formas elementares da vida religiosa*, reforça que os laços sociais são sustentados por emoções coletivas, como a “efervescência” gerada em rituais, que renovam o sentimento de pertencimento (DURKHEIM, 1996, p. 218). Assim, a solidariedade é, em última instância, uma força afetiva moral que impede a desagregação social.

2436

Eva Illouz argumenta que, embora os clássicos da sociologia não tenham desenvolvido uma teoria sistemática dos afetos, suas obras estão permeadas por reflexões sobre as emoções como fundamento da vida social. Ela destaca que a angústia em Weber, a alienação em Marx e a indiferença blasé em Simmel são exemplos de como os afetos permeiam as grandes narrativas da modernidade (ILLOUZ, 2007, p. 30-35). Em Durkheim, a solidariedade é explicitamente tratada como um “feixe de sentimentos”, e a efervescência coletiva revela a dimensão emocional do vínculo social (ILLOUZ, 2007, p. 34). Illouz não aprofunda a teoria durkheimiana, mas demonstra que, mesmo um autor focado em fatos sociais objetivos, reconheceu o papel dos afetos na coesão, abrindo caminho para análises posteriores sobre como as emoções são moldadas por estruturas sociais mais amplas.

Portanto, como argumentado ao longo desta seção, os afetos estiveram presentes nas reflexões sociológicas, inclusive em autores clássicos como Comte e Durkheim. Mesmo buscando conferir alto grau de objetividade e neutralidade às suas teorias, esses autores reconheceram a importância dos afetos, que, para ambos, constituem elemento central na coesão social. Nossa interesse aqui não foi apenas demonstrar a tematização dos afetos, mas delimitar as insuficiências de sua abordagem pela perspectiva positivista, sintetizadas em: (i) negação da

subjetividade do cientista; (2) imprecisão ao atribuir pura objetividade ao objeto de estudo — a sociedade; (3) não reconhecimento da dialética entre a capacidade autorreflexiva dos sujeitos e a teoria sociológica.

OS AFETOS COMO DIMENSÃO FUNDAMENTAL À TEORIA CRÍTICA

Como argumentado na seção anterior, o positivismo herdou do Iluminismo diversos elementos essenciais, como o culto à racionalidade e a secularização. Sua influência atravessou as margens do Reno; contudo, a apropriação de suas ideias em solo germânico apresentou diferenças em relação à recepção francesa. A diversidade cultural alemã, as estratégias políticas dos reis germânicos e a singularidade de seus eventos históricos fizeram com que as ideias iluministas ganhassem uma tonalidade distinta daquela presente no positivismo.

Como esclarece Barros (2010), o positivismo alinhou-se às demandas da burguesia industrial, enquanto os historicistas alemães se aproximaram da burocracia estatal, influenciados especialmente pelo financiamento aos grandes projetos historiográficos da época. Nesse sentido, cabe perguntar: qual a relação entre o historicismo e o positivismo no que concerne ao objetivo deste artigo — os afetos como objeto das ciências sociais? Essa relação, embora não evidente num primeiro momento, pode ser esclarecida por meio da comparação entre as abordagens metodológicas mencionadas.

2437

De maneira sintética, as diferenças entre as perspectivas historicista e positivista podem ser sistematizadas, respectivamente, nas contradições entre: (1) o reconhecimento da subjetividade do historiador e a radical pretensão de objetividade; (2) a reivindicação de uma metodologia específica para o estudo da história e a busca de legitimidade científica por meio da adoção de métodos das ciências naturais; (3) o reconhecimento da relatividade das formulações sobre a história e a busca pela criação de leis gerais que expressassem a universalidade humana.

Isso demonstra que o pano de fundo — as ideias circulantes, circunscritas a um determinado tempo histórico e espaço geográfico — influenciou as possibilidades de exegese da realidade, seja pela primazia do empirismo no positivismo ou pela interpretação no historicismo. Não se pretende aqui traçar um percurso linear que vincule o historicismo à postura metodológica desenvolvida pela Teoria Crítica, mas indicar que as ideias circulantes na Alemanha daquele período propiciaram uma distinção em relação aos ideais defendidos pelo positivismo francês, abrindo espaço para uma crítica que aparentemente foi apropriada pelos

teóricos críticos. De maneira objetiva, a Teoria Crítica, ao tornar a subjetividade um elemento central de sua metodologia, ofereceu uma resposta mais complexa às três insuficiências do método positivista elencadas na seção anterior.

Para a Teoria Crítica, a neutralidade científica amplamente defendida pelos positivistas encobre interesses de classe e ideologias. Como enfatizado no início desta seção, ao destacar as diferenças entre positivismo e historicismo, é preciso reconhecer que as condições sociais, culturais, institucionais e econômicas determinam os interesses de pesquisa. Assim como o historicismo fez uma apropriação conservadora das ideias iluministas para resguardar os interesses dos reis germânicos, o positivismo, alinhado à burguesia industrial francesa e imitador do método das ciências naturais, fortaleceu o status quo industrial e tratou de controlar a sociedade como um objeto administrável.

Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento*, denunciam a pretensão de neutralidade extrema, entendida como ilusão, uma vez que o próprio cientista é parte da sociedade e seus métodos carregam ideologias. Mais do que isso, a escolha do método importa porque “a pretensão de neutralidade científica é, ela mesma, ideológica” (1985, p. 23). Isso significa que os focos e os encobrimentos — suscetíveis à subjetividade e à interpretação do cientista — influenciam os resultados almejados. Por exemplo, a desnutrição pode ser estudada sob a ótica da capacidade regenerativa do solo e sua perda produtiva nas últimas décadas, ou por questões culturais como o crescente consumo de alimentos industrializados. Assim, é o cientista quem decide como observar seu objeto, e não o objeto que lhe fornece uma causa essencial.

2438

A subjetividade do cientista, na perspectiva teórico-crítica, não é interpretada de forma negativa: ela representa os interesses do autor, neste caso o compromisso com um pensamento radicalmente crítico e emancipatório. Ao criticarem a racionalidade instrumental — voltada para a eficiência e o controle —, os autores buscam demonstrar suas dimensões coercitivas e abrir caminho para um novo modelo de racionalidade. Nesse sentido, Marcuse escreve em *Eros e Civilização* que “a racionalidade emancipatória não suprime os afetos, mas os integra como força motriz da crítica” (1975, p. 112).

Outro ponto de fragilidade do positivismo está no não reconhecimento das singularidades de seu objeto de pesquisa. Diferentemente da pretensão de tratar a sociedade como um objeto imutável, de onde se poderiam extrair leis gerais por métodos similares aos das ciências naturais, a Teoria Crítica parte do princípio de que a sociedade é composta por sujeitos interpretativos. Isso significa que, ao contrário de fenômenos naturais ou biológicos, a sociedade

reflete sobre si mesma. A ação é dotada de sentido e determinada pelos elementos simbólicos e subjetivos disponíveis em uma dada sociedade (HABERMAS, 1982, p. 89). As transformações sociais ao longo da história são, portanto, centrais para o método teórico-crítico. Como salienta Adorno em sua crítica ao empirismo, “a sociedade não é um sistema de leis naturais, mas um processo histórico que os homens podem transformar” (ADORNO, 1995, p. 67).

Compreende-se, assim, como a reflexão sobre a filosofia da história foi basilar para a Teoria Crítica. Embora não tenha bebido diretamente na fonte do historicismo, a Teoria Crítica apropriou-se das contribuições de Hegel — que sintetiza historicismo e dialética — e de Marx — que transformou a história em luta de classes —, superando o historicismo (JAY, 2008, p. 112). Nesse sentido, pode-se argumentar que o legado historicista alemão não foi apenas herdado, mas negado: a história não é mera diversidade (Herder) ou progresso (Comte), mas um campo de luta onde a emancipação se torna possível.

A historicidade, assim, torna-se característica fundamental do objeto. Em oposição ao positivismo, não seria possível determinar leis gerais da sociedade, uma vez que ela está em constante movimento, tampouco compreendê-la em sua totalidade, já que a realidade não é reduzível à teoria. Ao reconhecer a especificidade de seu objeto, a Teoria Crítica buscou evidenciar suas contradições e, com elas, suas possibilidades de emancipação.

2439

Resta ainda uma última questão: se, para a Teoria Crítica, a sociedade é composta por sujeitos interpretativos, quais são os impactos da própria teoria sobre a autopercepção dos sujeitos? Na teoria social positivista, o objetivo é prever e descrever leis gerais capazes de conduzir o progresso humano; por outro lado, os objetivos da Teoria Crítica fornecer um diagnóstico do tempo presente cuja pretensão é a efetivação da emancipação social (NOBRE, 2004). Dessa forma, a Teoria Crítica deve mobilizar os afetos e, consequentemente, a dimensão simbólica e subjetiva, para desmascarar as formas mais sofisticadas de dominação.

Para a Teoria Crítica, a sociedade não é um objeto passivo, observável à distância, e a tarefa da teoria não se limita a descrevê-la, mas inclui transformá-la, expondo as contradições que reproduzem relações opressivas (HORKHEIMER, 1990). A emancipação, portanto, exige “a mobilização dos afetos reprimidos pela ação instrumental” (MARCUSE, 1967, p. 45). Exemplo disso é *A personalidade autoritária*, de Adorno et al., em que se demonstra como afetos como ódio e medo não são apenas traços da subjetividade individual, mas têm raízes na cultura: as reações dos sujeitos às crises são moldadas pelas respostas culturalmente disponíveis. Cabe,

assim, à teoria oferecer uma visão ampliada capaz de fornecer novos horizontes de entendimento e ação.

De forma esquemática, podemos concluir que, para a Teoria Crítica, a dimensão afetiva é de extrema relevância para as ciências sociais. Como buscou-se demonstrar neste artigo, essa hipótese se confirma em três dimensões: (1) a subjetividade do cientista e seu compromisso em desmascarar a falsa neutralidade; (2) a especificidade do objeto — uma sociedade histórica e simbólica; (3) o “retorno” da teoria à sociedade, compreendendo que o conhecimento deve servir à liberação e não ao controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória apresentada ao longo deste artigo demonstrou que, desde suas origens, as ciências sociais — especialmente sob a influência do positivismo — buscaram estabelecer um modelo metodológico inspirado nas ciências naturais, priorizando a objetividade e a busca por leis gerais. Nesse processo, aspectos essenciais da vida social, como a dimensão afetiva, foram frequentemente relegados a segundo plano. A análise das obras de Comte e Durkheim mostrou que, mesmo quando tematizados, os afetos foram concebidos de maneira instrumental e subordinada à racionalidade, o que limitou seu potencial explicativo sobre os fenômenos sociais.

2440

Por outro lado, a Teoria Crítica, ao romper com a pretensão de neutralidade e reconhecer a historicidade e a especificidade de seu objeto, recoloca a subjetividade e os afetos no centro da análise social. Em autores como Adorno, Horkheimer e Marcuse, os afetos não são apenas elementos residuais ou obstáculos à objetividade, mas forças que, quando reconhecidas e mobilizadas, podem contribuir para a crítica das formas de dominação e para a emancipação social.

Dessa forma, a pertinência de investigar os afetos nas ciências sociais não se limita à compreensão de experiências individuais, mas se estende à análise das estruturas simbólicas, culturais e históricas que moldam modos de sentir e agir. Assumir os afetos como objeto legítimo de pesquisa amplia o horizonte interpretativo da sociologia, permitindo compreender não apenas como a sociedade se organiza, mas também como se mantém coesa, como se transforma e quais potencialidades emancipatórias emergem das interações humanas.

Ao final, a reflexão metodológica proposta neste artigo evidencia que a reintegração da dimensão afetiva às ciências sociais não significa renunciar ao rigor analítico, mas reconhecer

que a própria objetividade é atravessada por escolhas interpretativas e que a sensibilidade é parte constitutiva da vida social que se pretende compreender.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. A *personalidade autoritária*. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1947].

ADORNO, T. W. *Sociologia e empirismo*. In: —. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995 [1969].

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BARROS, J. D. A. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *Tempo, Espaço e Linguagem*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73–102, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/tempo/article/view/2024>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAMÕES, L. V. de. Soneto: Amor é um fogo que arde sem se ver. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=1872&co_midia=2. Acesso em: 27 maio 2025. 2441

CARVALHO, R. M. V. A. de. O positivismo de Émile Durkheim. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 9, n. 1/2, p. 57-82, 1978. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/63688>. Acesso em: 11 ago. 2025.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

—. *Sistema de política positiva: estática social*. Paris: Carilian-Goeury e V. Delmont, 1852.

DURKHEIM, É. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

—. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

—. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

—. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Tradução de José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 [1968].

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: —. *Teoria crítica: uma documentação*. Tradução de Hildegard C. Khun. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1937].

IAGULLI, P. On Auguste Comte's "sociology of emotions". *Societes*, [S. l.], n. 160, n. 2, p. 33–43, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/soc.160.0033>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ILLOUZ, E. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

—. *Eros e civilização*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1955].

NOBRE, M. *Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.